



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

1 Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, realizaram-se,
2 presencialmente, no edifício-sede do Conselho Nacional de Educação – CNE, localizado na
3 Avenida L2 Sul, Quadra 607, Lote 50, em Brasília, no Distrito Federal e, virtualmente, por meio
4 da Plataforma *Microsoft Teams*, as Reuniões de Trabalho das Comissões, com a participação
5 dos Conselheiros Antonio Cesar Russi Callegari, Cleunice Matos Rehem, Celso Niskier, Gastão
6 Dias Vieira, Givânia Maria da Silva, Héleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Ilona Maria
7 Lustosa Becskeházy Ferrão de Sousa, Israel Matos Batista, Leila Soares de Souza Perussolo,
8 Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Márcia Teixeira Sebastiani, Mariana Lúcia Agnese
9 Costa e Rosa, Mauro Luiz Rabelo, Monica Sapucaia Machado, Otávio Luiz Rodrigues Jr. e
10 Paulo Fossatti. **RELATÓRIO DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES é o que segue:** Às
11 nove horas do dia doze de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, teve início a reunião da
12 **Comissão Bicameral Educação Profissional e Tecnológica no Brasil – EPT**, com a
13 participação presencial dos Conselheiros Leila Soares de Souza Perussolo (Presidente),
14 Cleunice Matos Rehem (Relatora), Givânia Maria da Silva, e, virtualmente, os Conselheiros
15 Israel Matos Batista, Mauro Luiz Rabelo e Paulo Fossatti. Ainda participaram os convidados
16 externos da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação –
17 Setec/MEC, com a presença da senhora Luciana Miyoko Massukado, Diretora de Programas,
18 Patrícia Barcelos, Diretora de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica, e
19 Sandra Grutzmacher, Coordenadora-Geral de Planejamento e Avaliação da Educação
20 Profissional e Tecnológica. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo saudou os presentes
21 na reunião, dando as boas-vindas. Comentou que se trata da quarta reunião consecutiva com a
22 Setec/MEC, que se estabeleceu uma parceria promissora e eficiente. Saudou o novo
23 Coordenador-Geral de Apoio ao Colegiado, o servidor Antonio Alberto Brunetta. A
24 Conselheira Cleunice Matos Rehem mencionou que os cursos técnicos são grandes
25 oportunidades aos jovens brasileiros e que os demais países que utilizaram a política de oferta
26 aos cursos técnicos, se desenvolveram economicamente. A Presidente da Comissão explicou a
27 necessidade de atualização da Resolução CNE/CP nº 1, de cinco de janeiro do ano de dois mil
28 e vinte e um, e abordou que a Educação Profissional precisa ser modificada, bem como as
29 normativas. Agradeceu a apresentação da equipe da Setec/MEC no mês de abril, sobre o código
30 validador. Mencionou a relevância do código como segurança jurídica aos educandos que
31 realizam cursos técnicos. Ainda, a Comissão abordará a pauta da formação docente aos que
32 exercem atividades pedagógicas no ensino profissionalizante. A Conselheira Cleunice Matos
33 Rehem saudou os presentes na reunião, convidados e Conselheiros. Pontuou que a Comissão
34 tem duas prioridades: uma resolução sobre o código validador do Sistema Nacional de
35 Informações da Educação Profissional – Sistec, pois a Resolução CNE/CP nº 1, de cinco de
36 janeiro do ano de dois mil e vinte e um não exige a apresentação do código, o que gera problema
37 na emissão dos diplomas e respectiva certificação. Na oportunidade, a Conselheira Cleunice
38 Matos Rehem solicitou à Diretora Patrícia Barcelos que os subsídios sejam enviados pela
39 Setec/MEC para que a Comissão possa elaborar a minuta da Resolução. Comentou a
40 problemática na emissão dos diplomas sem a presença do código validador, e que os conselhos
41 de classe entram em contato com a Setec/MEC para exigir o número que autentifica o
42 documento. Pensou em solicitar uma reunião da Comissão extraordinária em junho do ano de
43 dois mil e vinte e cinco, para tratar do tema. O Conselheiro Israel Matos Batista comentou sobre



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

44 o Projeto Verticaliza. A Diretora Patrícia Barcelos falou a respeito da trava digital que não
45 existe atualmente, mas passará a existir e será integrada ao código autenticador, para ser
46 atrelado ao processo do diploma digital. O Sistec necessita atender todas as redes de ensino
47 federais e privadas. A Diretora Patrícia Barcelos falou rapidamente sobre o Projeto Verticaliza
48 e comentou que se trata de uma pauta antiga. Abordou que se refere a uma agenda integrada
49 entre a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – Sesu/MEC, CNE,
50 Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – Seres, ou seja, um debate com
51 as demais secretarias do MEC. A Conselheira Cleunice Matos Rehem questionou a
52 possibilidade de elaborar alguma resolução específica para o Projeto Verticaliza. Ambas as
53 servidoras se demonstraram favoráveis à proposta. A Diretora Luciana Miyoko Massukado
54 falou sobre a diferenciação do técnico para o tecnólogo. A Coordenadora-Geral Sandra
55 Grutzmacher cumprimentou os presentes, e mostrou, em formato *powerpoint*, a apresentação
56 intitulada de Aproveitamentos Estudos e Verticaliza da EPT. Fez um retrospecto histórico dos
57 Pareceres do CNE que tratam da verticalização. Comentou que as instituições enviaram
58 solicitações sobre os cursos técnicos e aproveitamento em cursos superiores. Na Resolução
59 CNE/CP nº 1, de cinco de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, já consta um item específico
60 de aproveitamento de estudos dos cursos técnicos para os tecnólogos. Apresentou a Lei nº
61 14.645, de dois de agosto do ano de dois mil e vinte e três, que menciona o aproveitamento das
62 experiências e dos conhecimentos desenvolvidos na EPT, no que tange dos cursos técnicos ao
63 superior, com conhecimentos afins. Explicou que o reexame do Parecer CNE/CP nº 19, de sete
64 de julho do ano de dois mil e vinte e dois, que trata sobre aproveitamento de estudos é urgente.
65 Abordou, teoricamente, como está constituído o Projeto Verticaliza, que proporciona um
66 processo de formação aos professores da EPT. Para as instituições que aderirem ao Projeto
67 Verticaliza, terá como requisito fundamental a oferta de curso técnico e tecnológico
68 simultaneamente. Explicou que o formato do curso ofertado no Projeto Verticaliza será a partir
69 de seis unidades no tempo de cento e oitenta horas cada. Ao total, cinquenta e cinco instituições
70 ofertaram o curso. Foram seis turmas constituídas e, atualmente, a Setec/MEC realiza o
71 monitoramento das instituições. O projeto pedagógico precisa definir quais foram dificuldades
72 encontradas pelas instituições que ofertaram o curso de aproveitamento de estudos. Destacou
73 que os alunos que ingressaram em cursos tecnológicos e no Ensino Superior, poderão solicitar
74 o aproveitamento de estudos dos cursos técnicos. A Conselheira Leila Soares de Souza
75 Perussolo apontou que ainda não constam os resultados de implementação do Projeto
76 Verticaliza. Segundo a Coordenadora-Geral Sandra Grutzmacher, as instituições que aguardam
77 o reexame do Parecer para utilização no aproveitamento de estudos são inúmeras. Na
78 oportunidade, destacou que estudantes entram em contato com a Setec/MEC para solicitar o
79 aproveitamento de estudos. O Conselheiro Paulo Fossatti mencionou que foi esclarecedor o
80 relato da Coordenadora-Geral Sandra Grutzmacher. A Conselheira Leila Soares de Souza
81 Perussolo frisou que a Sesu/MEC e Seres precisaram ser escutadas para auxiliar na elaboração
82 e Revisão do Parecer CNE/CP nº 19, de sete de julho do ano de dois mil e vinte e dois. Como
83 compromisso, a comissão definiu revisar a Resolução CNE/CP nº 1, de cinco de janeiro do ano
84 de dois mil e vinte e um e o Parecer CNE/CP nº 19, de sete de julho do ano de dois mil e vinte
85 e dois. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo apresentou o plano de trabalho da
86 Comissão, a atualização da Resolução supracitada e o Projeto Verticaliza e solicitou que fosse



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

87 encaminhada a apresentação sobre o Projeto Verticaliza para os membros do grupo da
88 Comissão. Nada mais a tratar, a reunião foi encerrada. **Às nove e meia do dia doze de maio**
89 **do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se a Comissão Educação Integral e em Tempo**
90 **Integral, no âmbito da Câmara de Educação Básica – CEB**, com a participação presencial
91 do Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo de Filho e, virtualmente, dos Conselheiros
92 Israel Matos Batista, Márcia Teixeira Sebastiani, Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva e das
93 convidadas Julia Dietrich, especialista da Organização dos Estados Ibero-americanos – OEI, e
94 Raquel Franzim da Coordenação-Geral de Educação Integral e Tempo Integral . O Conselheiro
95 Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho saudou os presentes e comentou que a minuta da
96 Resolução passou pelo processo de revisão e foi reescrita pela Consultoria Jurídica do
97 Ministério da Educação – Conjur/MEC. Na oportunidade, a Conselheira Maria do Pilar Lacerda
98 Almeida e Silva disse que os ajustes tratam da forma, como correção de verbos, também se
99 pontuou ajuste no conteúdo no que tange a parte do Projeto de Vida e financiamento. A senhora
100 Júlia Dietrich fez uso da palavra e explicou que a minuta foi dividida em assuntos que são
101 direcionados às redes de ensino, como secretarias estaduais e municipais e às unidades
102 escolares. Comentou que foi realizada uma condensação das ações afirmativas nos parágrafos
103 introdutórios e destacou que o texto ficou mais suscinto e organizado. Também mencionou o
104 papel da gestão, para que a minuta tenha um caráter regulatório e não impositivo. Foi realizada
105 uma discussão da minuta a respeito do lugar da afirmação do currículo, das práticas pedagógicas
106 além da recomposição da aprendizagem e o Projeto de Vida que ganhou novo *status* de forma
107 coletiva e não apenas individual. A Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva
108 comentou sobre a temática do direito à aprendizagem e à educação. Falou sobre as formas de
109 aprendizado atrelada à territorialidade, à diversidade, entre outros elementos. O Projeto de Vida
110 não poderá ser discutido apenas como uma disciplina, todavia, precisa haver
111 interdisciplinaridade com as demais áreas do conhecimento. Sobre o financiamento para a
112 Educação Integral, não cabe ao Conselho Nacional de Educação – CNE estabelecer os recursos.
113 A Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani concordou e destacou que a escola não tem o papel
114 apenas de ensinar, mas também de ensinar a conviver e respeitar a diversidade. Solicitou o
115 cuidado com o termo “aprendizado”, pois a escola sempre exercerá uma missão significativa
116 de aprender com significado. No entendimento da Conselheira, há um problema no termo, não
117 há distinção entre aprender e aprender com significado. Outro ponto é a questão do acréscimo
118 da resolução no que já consta na Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Comentou o
119 cuidado em utilizar os termos sobre a BNCC, destacando não ser necessário mencioná-la no
120 art. quinze, seção IV. A Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani teve dúvidas se as mudanças
121 na redação da minuta foram feitas tão somente pela Conjur/MEC uma vez que extrapolam às
122 questões jurídicas. Segundo a senhora Raquel Franzim, o currículo da Educação Integral é
123 intencional e se fundamenta na BNCC, a qual trata da alfabetização cartográfica e múltiplos
124 letramentos. A Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva pontuou algumas partes da
125 minuta, dentre as quais destacam o seguinte: o art. vinte e dois menciona as práticas
126 pedagógicas e a competência dos sistemas de ensino e, após uma leitura de incisos do projeto
127 de resolução, solicitou aos demais membros da Comissão possíveis sugestões e considerações.
128 A Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani destacou que foi discutido, em outras oportunidades,
129 sobre turno e contraturno e abordou, também, sobre a justiça curricular, descrita no corpo do



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

130 texto, destacando que não tem conhecimento acerca deste conceito. em resposta, a Conselheira
131 Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva explicou que, durante a elaboração das Diretrizes
132 Curriculares Nacionais – DCNs do Ensino Médio, tal conceito foi tratado com bastante
133 propriedade e embasamento teórico. Sugeriu uma nota de rodapé sobre a justiça curricular para
134 contextualizar o leitor. A Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani solicitou a inclusão dos
135 estágios na minuta Resolução da Educação Integral, na parte da formação continuada de
136 professores e articulação com as Instituições do Educação Superior – IES, e sugeriu o acréscimo
137 no art. vinte e cinco, inciso sétimo, do estágio curricular supervisionado. O Conselheiro Heleno
138 Manoel Gomes de Araújo Filho destacou que no art. vinte e seis é relevante a participação de
139 todos os profissionais da educação dos sistemas de ensino no processo de avaliação e o diálogo
140 com a direção das escolas, envolvendo a participação de todos. A Conselheira Maria do Pilar
141 Lacerda Almeida e Silva sinalizou que o Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari sugeriu
142 alguns pontos, mencionando as DCNs, de indicação mais objetiva em relação às famílias, e
143 repetição sobre competências digitais. A Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani questionou o
144 processo de votação, comentou que os membros da CEB não terão tempo hábil para leitura da
145 minuta e possíveis considerações. O Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho
146 sugeriu verificar a possibilidade de que a senhora Júlia Dietrich possa concluir os ajustes até o
147 dia doze de maio e encaminhar a versão atualizada para os Conselheiros, mantendo a votação
148 para dia quinze de maio. Uma alternativa apontada pela Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani
149 seria a realização de uma reunião extraordinária para votação. Conforme o Conselheiro Heleno
150 Manoel Gomes de Araújo Filho, a Resolução já deveria de ter sido aprovada, tendo em vista
151 uma demanda da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC. Como
152 encaminhamento, ficou definido o envio da versão da minuta aos Conselheiros para leitura e a
153 votação seria mantida para reunião pública, na quinta-feira. **Às onze horas do dia doze de**
154 **maio do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se a Comissão Bicameral Plano Nacional**
155 **de Educação – PNE**, com a participação presencial dos Conselheiros Antonio Cesar Russi
156 Callegari, Cleunice Matos Rehem, Elizabeth Regina Nunes Guedes, Heleno Manoel Gomes de
157 Araújo Filho, Leila Soares de Souza Perussolo, Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa, Otavio
158 Luiz Rodrigues Jr. e, virtualmente, os Conselheiros Israel Matos Batista e Paulo Fossatti. A
159 reunião iniciou com a saudação do Presidente Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo
160 Filho destacando o cronograma do trabalho da Comissão e abordou sobre o Projeto de Lei – PL
161 da Câmara dos Deputados. Como produto da Comissão, tem-se objetivo de se elaborar um
162 conjunto de emendas e sugestões ao PL nº 2614, do ano de dois mil e vinte e quatro. Foi adotada
163 uma metodologia na Comissão, em que os Conselheiros poderiam enviar sugestões e,
164 posteriormente, se realizaria uma sistematização do material a partir das emendas e discutir
165 internamente na própria Comissão. O Conselheiro Manoel Gomes de Araújo Filho assinalou
166 que o prazo de proposição das emendas estava se encerrando na Câmara dos Deputados e
167 destacou que se encontra nas assembleias na Câmara para escuta dos projetos e emendas. A
168 Relatora na Câmara adotará uma metodologia de rodada de escuta da comunidade para,
169 posteriormente, apresentar o relatório. Primeiramente, o relatório será aprovado na Câmara dos
170 Deputados e seguirá ao Senado Federal. Pois, na instância do Senado, já ocorreram audiências
171 no ano passado e foi produzido um conjunto de emendas recebidas nesse processo. A palavra
172 foi concedida à Relatora Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo que destacou que a



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

173 Comissão havia proposto um planejamento e, ao término de abril, os Conselheiros enviaram
174 contribuições à Comissão. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes solicitou a criação
175 de um *e-mail*, para onde as contribuições fossem enviadas. Também comentou que as
176 contribuições que foram submetidas pelo aplicativo *Whatsapp* já se encontram organizadas. E,
177 enviou por meio do *e-mail* o material encaminhado pelo Conselheiro Heleno Manoel Gomes
178 de Araújo Filho. As Conselheiras Cleunice Matos Rehem e Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa
179 também submeteram suas respectivas contribuições. Solicitou aos Conselheiros o envio para o
180 *Whatsapp* das contribuições que foram encaminhadas ao *e-mail* pne@mec.gov.br. O
181 Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho perguntou ao Conselheiro Israel Batista
182 sobre a Comissão Especial da Educação da Câmara dos Deputados que, em resposta, explanou
183 sobre a indicação de um debate na Assembleia Legislativa, com a participação da Mesa
184 Diretora, para o acompanhamento. Houve o informe sobre o prazo estabelecido de cinco sessões
185 para o recebimento de emendas por parte dos parlamentares. O Conselheiro Heleno Manoel
186 Gomes de Araújo Filho informou se o prazo do envio de solicitação de emendas terminar em
187 treze de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, ficará inviável para o CNE encaminhar suas
188 demandas. Além da proposta da Educação Ambiental, foi apresentado pela Conselheira
189 Cleunice Matos Rehem a proposta para o Ensino Médio e Educação Profissional e Tecnológica.
190 Conforme mencionado pelo Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, a Deputada
191 Federal Tabata Claudia Amaral de Pontes convidará o CNE para acompanhar as audiências na
192 Câmara dos Deputados nos respectivos estados. Como encaminhamento da Comissão, ficou
193 definida a aprovação de um Parecer sobre a legislação atual do PNE, acerca da execução da Lei
194 nº 13.005, de vinte e cinco de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, e atuação do CNE no
195 Congresso Nacional, se inserindo no debate. Segundo sinalizou o Presidente Antonio Cesar
196 Russi Callegari, é fundamental dispor de uma visão geral sobre a importância do PNE como
197 uma lei vinculante, que não se limitará ao âmbito federal, mas também se articula as legislações
198 estaduais e municipais, que as posições sejam do órgão colegiado, ou seja, uma posição
199 coletiva. O CNE e o Fórum Nacional de Educação – FNE têm o papel e a responsabilidade de
200 realizar o monitoramento do PNE. A atribuição do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
201 Educacionais Anísio Teixeira – Inep é realizar, a cada dois anos, o monitoramento sobre os
202 dados do PNE. É de responsabilidade do CNE emitir um Parecer sobre cada meta cumprida do
203 PNE, no prazo de dois anos. Conforme o Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari, existe
204 divergência nos posicionamentos entre o FNE e o PNE, a respeito da proposta apresentada pelo
205 Ministério da Educação – MEC. O PL nº 2.614 não apresenta a questão climática, o que resulta
206 em uma deficiência no documento. A BNCC é um campo de disputa, e foi perguntado se ela
207 tem como objetivo uma proposta de revisão no PNE. A Conselheira Cleunice Matos Rehem
208 respondeu que a BNCC deverá ser revisada a cada cinco anos, conforme proposto pelo MEC.
209 O Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica, Alessandro do Nascimento
210 Santos, destacou que a BNCC está no PNE na estratégia 3.4, ou seja, ato expedido pelo CNE,
211 com a finalidade de aperfeiçoar os currículos estaduais, municipais e demais documentos
212 orientadores da Educação Básica. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes argumentou
213 que no dia dezenove de maio terminará o prazo para as entidades apresentarem as propostas de
214 emendas. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes comentou que as emendas estão
215 direcionadas para a Educação Básica. A metodologia adotada será a apresentação das emendas



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

pelos Deputados Federais e não pela sociedade civil em geral. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes lembrou que o processo de votação deverá ocorrer até o mês de setembro para ser enviado ao Senado e que até dezembro o plano deverá ser promulgado e assinado pelo Presidente da República, e que é necessário adotar uma posição mais ativa do monitoramento do PNE, pois não é somente papel do Inep, para que o CNE e o Fórum Nacional de Educação possam, também, ser espaços de monitoramento. Como encaminhamento da reunião, foi deliberado que a Comissão fosse suspensa previamente e que ambas as Conselheiras pudessem sistematizar as contribuições enviadas pelos Conselheiros, para reunião extraordinária do dia vinte e dois de maio. Ainda, o Presidente Antonio Cesar Russi Callegari expressou o objetivo da composição da Comissão Bicameral do PNE, e que o CNE possa se estruturar no processo de elaboração da normativa do PNE, bem como a sua implementação. Como direcionamento, sugeriu que as contribuições que foram submetidas às Relatoras da Comissão possam ser alinhadas ao MEC, a fim de criar um diagnóstico permanente e que o CNE possa acompanhar a implementação do PNE, além de dialogar com o Secretário da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação – Sase/MEC. **Às quatorze horas do dia doze de maio de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se no âmbito da Câmara de Educação Básica – CEB a Comissão Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos – EJA** com a participação presencial dos Conselheiros Antonio Cesar Russi Callegari, Cleunice Matos Rehem, Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Leila Soares de Souza Perussolo, Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa e, virtualmente, da Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva. Ainda participaram os convidados externos, Professor Dr. Humberto Miranda e senhor Irismar Santana da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE e a Coordenadora-Geral de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação – Secadi/MEC, Mariângela Graciano. A Conselheira Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa iniciou a reunião contextualizando os presentes sobre o trabalho desenvolvido pela Comissão. Inicialmente, a Comissão desenvolveu o Parecer sobre as DCNs da EJA. O objetivo, neste momento, vincula-se a tratar das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs. A senhora Mariângela Graciano contextualizou sobre o trabalho almejado pela Comissão, pois foi solicitado pela Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos - CNAEJA a necessidade de revisar as DCNs da EJA. Questionou qual seria a EJA que se almeja e qual currículo fará sentido aos sujeitos. Foi pensado como o MEC, por intermédio da Secadi e do CNE, poderia construir um documento sobre as DCNs da EJA. Foi apresentada a proposta na CNAEJA sobre a ideia de ser realizado um processo de audiência pública com os segmentos das redes de ensino para dar prosseguimento à elaboração do Parecer sobre as DCNs da EJA. A palavra foi concedida ao Professor Humberto Miranda que destacou que a Coordenadora-Geral Mariângela Graciano conheceu o trabalho desenvolvido pela UFRPE, e solicitou que fosse elaborada uma proposta para ser apresentada às demais universidades federais. A ideia é que a UFPRE possa articular como proposta o fortalecimento da EJA em parceria com outras universidades federais. Mencionou que a Coordenadora deste projeto é a professora Cláudia Costa, também da UFPRE, e que não pôde se fazer presente na reunião. Na sequência, foi exposta uma apresentação em *powerpoint*, intitulada de Atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Destacou o objetivo geral do projeto é



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

259 promover o processo de mobilização nacional para atualização das DCNs para a EJA.
260 Posteriormente, explicou os objetivos específicos, comentou que é relevante construir a revisão
261 das DCNs de forma coletiva e a partir das realidades brasileiras, abrindo para o diálogo com as
262 redes de ensino, que compor um diagnóstico sobre o ensino da EJA é um projeto político e
263 civilizatório, e detectar o potencial das universidades, mobilizando-as, por meio do corpo
264 docente pode auxiliar na elaboração do documento. Prosseguiu, indicando que a metodologia
265 de trabalho seguirá os passos respeitando uma escuta sensível e democrática, valorizando as
266 falas dos diversos públicos, ou seja, uma possibilidade de participação política das pessoas,
267 considerando como público-alvo a ser escutado para elaboração das novas DCNs, os estudantes
268 incluídos na educação escolar quilombola, indígena, do campo, do meio urbano, do sistema
269 socioeducativo, do sistema prisional, bem como os movimentos sociais, gestores/supervisores
270 escolares e as redes de ensino. Apresentou um cronograma de ações referente ao projeto, como
271 pauta de reuniões, consulta pública e seminários regionais. Concluiu que será produzido um
272 relatório pela UFRPE a ser submetido ao CNE, que elaborará a minuta e realizará as audiências
273 e consultas públicas. Assim, a UFRPE se colocou à disposição, por meio de seus pesquisadores,
274 para auxiliar na construção do documento que tratará da revisão das DCNs da EJA. Segundo a
275 servidora Mariângela Graciano, o ano de dois mil e vinte e seis será o momento de difusão das
276 DC's a partir do que for elaborado pelo CNE. Para o Professor Humberto Miranda, é relevante
277 haver momentos de devolutivas com a comunidade em geral. Como metodologia, vinte e sete
278 relatórios serão submetidos, um por cada estado e o Distrito Federal, que serão compilados em
279 apenas um documento e será entregue ao CNE. A Conselheira Mariana Lúcia Agnese Costa e
280 Rosa recapitulou os passos que serão realizados pela UFRPE, ou seja, nos meses de agosto e
281 setembro será apreciado o material, onde o texto será enviado e, posteriormente, submetido à
282 audiência pública nos meses de outubro e novembro e, por meio deste processo, serão colhidas
283 as contribuições que auxiliarão na versão final da minuta da revisão das DCNs EJA. Segundo
284 o calendário, a ideia central é o documento ser submetido à aprovação pelo Conselho entre os
285 meses de janeiro e fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis. Assim, aprovado pelo Ministro
286 de Estado da Educação em março e, por fim, serão realizados os seminários devolutivos. O
287 Professor Humberto Miranda comentou que a ideia é estabelecer um cronograma estendido. A
288 Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva destacou a importância de se pensar
289 minuciosamente o cronograma, tendo em vista, a preocupação das pesquisas que apontam para
290 o analfabetismo funcional, bem como o descaso dos sistemas de ensino estaduais e municipais
291 com a modalidade da EJA. Sugeriu que o próximo ano de dois mil e vinte e seis deva ser de
292 implementação. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo destacou a apresentação do
293 professor Humberto Miranda, ainda pontuou a importância do PNE na modalidade da EJA e as
294 redes de educação. Falou da garantia da oferta da EJA, bem como o currículo escolar E da
295 importância de estabelecer diálogos com os fóruns da EJA nos estados brasileiros, incentivando
296 maior participação política. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo mencionou que
297 quando o fórum da EJA é atuante, se consegue avanços em muitos territórios, talvez a medida
298 seja reativá-los e fortalecê-los. Neste sentido, trata-se de uma questão importante a efetivação
299 das políticas públicas. De acordo com Mariângela Graciano, o processo de escuta é
300 desenvolvido por meio das ações do CNE. A Conselheira Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa
301 destacou que o Conselheiro Gastão Dias Vieira se colocou à disposição para acompanhar os



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

302 momentos de escuta com as redes e fóruns de ensino. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi
303 encerrada. **Às quatorze horas do dia doze de maio de dois mil e vinte e cinco, reuniu-**
304 **se a Comissão Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Estatística,**
305 **no âmbito da Câmara de Educação Superior – CES**, com a participação presencial dos
306 Conselheiros Celso Niskier (Presidente), Mauro Luiz Rabelo (Relator), Elizabeth Regina Nunes
307 Guedes e, virtualmente, da Conselheira Monica Sapucaia Machado. Ainda participaram os
308 especialistas Anderson Luiz Ara Souza, André Carvalho, Cibele Russo, Lilia Carolina Carneiro,
309 Mário Hissamitsu Tarumoto e Viviana Giampaoli. O Conselheiro Mauro Luiz Rabelo deu as
310 boas-vindas a todos, reforçou a necessidade de alinhar a proposta às diretrizes do CNE e
311 concedeu a palavra para a Professora Viviana Giampaoli, que apresentou os convidados, e
312 iniciou explicando que no biênio de dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro foram
313 atualizadas as diretrizes do curso superior de Estatística, bacharelado, para incluir avanços em
314 métodos computacionais, baseados na Ciência de Dados. Ela sugere aprofundar temas como
315 aprendizagem de máquina e grandes bases de dados. O Professor Anderson Luiz Ara Souza
316 apresentou oito eixos, destacando os focados em métodos computacionais e atualizações nas
317 competências. O senhor André Carvalho elogiou a integração entre computação e estatística e
318 destacou a sua formação que une essas áreas. A Professora Viviana Giampaoli relatou que o
319 grupo já revisou o texto das diretrizes, mas surgiram dúvidas sobre os pontos da legislação e
320 itens que parecem obrigatórios, mas não estão claros. Solicitou que os Conselheiros Mauro Luiz
321 Rabelo, Celso Niskier e o Professor Anderson Luiz Ara Souza ajudassem a esclarecer pontos
322 que facilitem a redação e que o documento seja formatado para facilitar a discussão. O senhor
323 Anderson Luiz Ara Souza destacou as dúvidas sobre o perfil do egresso nos capítulos II e III,
324 principalmente sobre a menção dos termos como aspectos políticos, econômicos, sociais e
325 ambientais, que hoje aparecem de forma implícita (ex. ética e cidadania). Questiona se tais
326 termos devem constar no documento ou nas recomendações do CNE. Por fim, o Professor
327 Anderson Luiz Ara Souza informou que o texto atual da Associação Brasileira de Estatística –
328 ABE está em revisão final e servirá de base para a nova DCN, que será mais resumida e
329 atualizada, no formato semelhante ao do ano de dois mil e oito. O Conselheiro Mauro Luiz
330 Rabelo destacou que as novas diretrizes facilitam o trabalho das instituições e incluem a
331 obrigatoriedade da Educação Ambiental. O texto será homologado e ajustado para ser flexível
332 e atualizado continuamente. O Conselheiro Celso Niskier concordou e pediu que a Professora
333 Viviana Giampaoli envie o material para revisão final, especialmente sobre temas como
334 Educação Ambiental, para validação antes da aprovação. A Professora Lilia Carolina Carneiro
335 Costa questionou se o estágio supervisionado deve ser obrigatório no curso superior, ou pode
336 ser substituído pelo Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, conforme o art. sétimo. O
337 Conselheiro Celso Niskier esclareceu que, segundo o texto atual, TCC e estágio são
338 obrigatórios, mas reconhece que precisa ser mais bem avaliado, porém o tema será discutido
339 pela Comissão com retorno na próxima reunião. O Conselheiro Mauro Luiz Rabelo concordou
340 e pontuou que essa questão será discutida com a equipe técnica e dependerá da definição final
341 da DCN. A análise será retomada na próxima reunião para acelerar o processo. A Professora
342 Lilia Carolina Carneiro questionou sobre a carga horária e conteúdos obrigatórios na diretriz,
343 em relação à citação de leis específicas ou apenas mencionar “conforme legislação vigente”
344 para evitar futuras atualizações frequentes. O Conselheiro Celso Niskier concordou em deixar



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

345 o texto flexível, incluindo todos os conteúdos obrigatórios e ressaltando que a equipe técnica
346 fará revisão cuidadosa para garantir que nada importante seja deixado de fora. O Conselheiro
347 Mauro Luiz Rabelo reforçou a importância de incluir todas as obrigatoriedades nas diretrizes
348 para evitar falhas que prejudiquem a avaliação das instituições. Ele destacou a necessidade de
349 esclarecer se o estágio e o TCC devem ser obrigatórios em todos os cursos superiores,
350 garantindo maior precisão nas normas. A Professora Viviana Giampaoli indagou se as
351 atividades são obrigatórias, mencionando laboratórios de computação, e sobre a manutenção
352 desta obrigatoriedade. O Conselheiro Celso Niskier realçou que as atividades podem ser
353 realizadas em laboratórios virtuais, com flexibilidade, para que as diretrizes durem anos e
354 acompanhem formatos modernos. O Professor Mário Hissamitsu Tarumoto ressaltou que as
355 diretrizes ainda não foram homologadas e oferecem liberdade para detalhar conteúdos, mas
356 questionou se temas obrigatórios terão carga horária mínima, para evitar que fiquem
357 superficiais. O Conselheiro Mauro Luiz Rabelo salientou a necessidade de avançar nas
358 orientações para alunos dentro do Transtorno do Espectro Autista – TEA no Ensino Superior,
359 incluindo a formação dos professores. O Conselheiro Celso Niskier agradeceu a participação,
360 apoiou a continuidade do trabalho e encerrou a reunião. **Às quinze horas do dia doze de maio**
361 **do ano de dois mil e vinte e cinco, no âmbito da Câmara de Educação Básica – CEB,**
362 **reuniu-se a Comissão Artes Normas Complementares à BNCC**, com a participação
363 presencial dos Conselheiros Antonio Cesar Russi Callegari, Cleunice Matos Rehem, Heleno
364 Manoel Gomes de Araújo Filho, Leila Soares de Souza Perussolo e dos convidados, o senhor
365 Alexandre Falcão, da Coordenação-Geral de Educação Integral e Tempo Integral da SEB/MEC
366 – e o senhor Rafael Maximiliano, do Ministério da Cultura – MinC. Ainda, participaram
367 virtualmente os convidados, o senhor Marco Aurélio da Cruz e a senhora Janice Martins Appel,
368 ambos da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas – Anpap, o senhor Juliano
369 Casimiro, da Federação de Arte Educadores do Brasil – Faeb, a senhora Katya Sousa Gualter,
370 pesquisadora de dança, e o senhor Robson Rosseto, da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-
371 Graduação em Artes Cênicas – Abrace. Inicialmente, o Relator da Comissão, Antonio Cesar
372 Russi Callegari, destacou que na Base Nacional Comum Curricular – BNCC o componente das
373 artes foi tratado com insuficiência. A ideia da Comissão é poder colher subsídios para elaborar
374 um documento que servirá para complementar a BNCC. A ideia é garantir o direito à
375 aprendizagem e o desenvolvimento do ensino das artes nas diferentes etapas. Relatou que tem
376 consciência da relevância do ensino das artes e que seja desenvolvida levando em consideração
377 a questão curricular, formação de professores, elaboração de livros didáticos, recursos
378 educacionais, bem como os processos avaliativos. O senhor Juliano Casimiro destacou que já
379 existe um documento sistematizado sobre o ensino das artes no Brasil, e o texto foi elaborado
380 durante a realização do seminário do ensino das artes no ano de dois mil e vinte e quatro,
381 promovido pelo Ministério da Educação – MEC em parceria com CNE. Como síntese do
382 evento, foi elaborado um documento que será apresentado na reunião, e a estrutura da minuta
383 está alicerçada em tópicos, dentre os quais: 1. Tempos e Condições e Curriculares; 2.
384 Contratação e atuação profissional; e 3. Projetos e ações curriculares. Dentro da premissa do
385 eixo um, pontuou-se a questão da isonomia do tempo da arte nos currículos escolares e o
386



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

388 aumento da carga horária da disciplina no currículo escolar, visando a complementação das
389 diferentes linguagens. Comentou que algumas escolas apenas trabalham com um dos
390 componentes das linguagens artísticas, porém o ideal é que as linguagens do teatro, dança e
391 música também sejam incorporadas ao Ensino das Artes. Outra situação trata-se de professores
392 ministrarem aulas sem dispor da formação no componente curricular. Neste sentido, conclui-se
393 que deve haver coerência entre a área de formação do professor e o componente curricular, e
394 integrar a produção artística com a sociedade em geral. A Professora Janice Appel
395 contextualizou a noção polivalência das linguagens artísticas. Falou sobre a diversidade
396 territorial no cenário brasileiro, que a escola, enfrenta dificuldades estruturais, e pensar a arte a
397 partir dos equipamentos culturais urbanos, considerando que a construção do perfil no campo
398 das artes assume várias funções, como de pesquisador, artista e professor. A noção de artes não
399 separa o cidadão do meio em que se encontra inserido. Destacou que nos concursos estão
400 assumidos docentes negros, pardos, LGBTQIAPN+ pois leva-se em consideração a noção
401 contemporânea que a sociedade não está dissociada da escola. Outras pautas também estão
402 sendo assumidas pelo Ensino das Artes, com a preservação do patrimônio, poéticas visuais,
403 educação e história, bem como teoria e crítica da arte. Com a palavra, o senhor Marco Aurelio
404 da Cruz Souza agradeceu o espaço que está sendo construído com o objetivo de se refletir o
405 Ensino das Artes na Educação Básica. Comentou o trabalho que vem sendo construído entre os
406 componentes curriculares das diversas linguagens das artes. Pontuou a formação própria de
407 cada professor seja do ensino da dança, do teatro, música e artes visuais. Destacou o papel da
408 escola a partir de um sentido ampliado, e frisou que, na realidade brasileira, as escolas tornam-
409 se o único equipamento cultural da cidade. Falou do papel do professor artista e pesquisador da
410 sua própria prática. No que tange o componente da dança é necessário repensar os fazeres
411 culturais e a diversidade territorial brasileira. Sinalizou as dificuldades encontradas no exercício
412 do Ensino de Artes na Educação Básica, como a falta de carga horária, estrutura física,
413 professores qualificados e com habilitação em artes. O senhor Robson Rosseto comentou que
414 participou do Seminário das Artes e foi possível colaborar com a elaboração de um documento
415 coletivo das associações que representam o Ensino de Artes no Brasil. Explicou a dificuldade
416 de ingresso dos egressos dos cursos superiores de Artes, que não sejam da linguagem das artes
417 visuais, no mercado de trabalho. A senhora Katya Souza Gualter destacou que a maioria dos
418 municípios já estão inserindo a dança como componente curricular, e como resultado desta ação
419 surgiu a demanda de professores para atuarem nas escolas. O senhor Rafael Maximiniano
420 ressaltou que a parceria do MinC poderá ser mais ativa a partir do Eixo três apresentado pelo
421 senhor Juliano Casimiro, explicou o papel do MinC e ausência de equipamentos culturais.
422 Comentou a parceria que está se construindo entre o MEC e o MinC. O senhor Alexandre Falcão
423 falou a respeito do Eixo três, a integração da produção artística da escola e da sociedade em
424 geral. O Diretor Alexsandro do Nascimento Santos comentou que alguns pontos apresentados
425 não poderão ser regulamentos pelo MEC. Relatou a relevância do CNE dialogar com os
426 conselhos estaduais e municipais para direcionar as decisões a cada instância, a fim de pensar
427 como construir uma visão curricular da arte na Educação Básica e a importância de ouvir as
428 entidades das redes de educação, tendo em vista a construção de recomendações para o Ensino
429 das Artes. O Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari agradeceu os subsídios que estão sendo
430 encaminhados à Comissão e comentou que a BNCC não se trata de um currículo propriamente



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

431 dito. O desafio da Comissão é estabelecer diálogo com os sistemas educacionais brasileiros e
432 seu objetivo é de construir um documento que leve orientação do Ensino das Artes na Educação
433 Básica, considerando que nos anos iniciais quem ministra é o pedagogo. A ideia é realizar
434 audiência e consulta pública reunindo material preliminar para que os autores do campo
435 educacional possam expressar suas manifestações referentes ao tema. A Conselheira Leila
436 Soares de Souza Perussolo finalizou a reunião e agradeceu os presentes. **Às quinze horas do**
437 **dia doze de maio do ano de dois e vinte e cinco, reuniu-se a Comissão Diretrizes**
438 **Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação de Medicina, no âmbito da Câmara de**
439 **Educação Superior – CES**, com a participação dos Conselheiros Elizabeth Regina Nunes
440 Guedes (Relatora), Mauro Luiz Rabelo e Paulo Fossatti. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes
441 Guedes explicou que a minuta das Diretrizes Curriculares de Medicina, iniciada no ano de dois
442 mil e vinte e quatro, sob a liderança da Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes, conta com
443 três propostas da Comissão original da Associação Brasileira de Educação Médica – Abem e
444 do Conselho Nacional de Educação – CNE. A Abem defende foco no Sistema Único de Saúde
445 – SUS, enquanto o CNE busca uma formação mais ampla. O Ministério da Saúde – MS
446 recomendou aguardar o Projeto Rever. O Conselheiro Paulo Fossatti destacou a importância do
447 diálogo e da formação para diferentes contextos. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes
448 Guedes apresentou ajustes na proposta, incluindo retirada de especialidades do internato, ênfase
449 em tecnologias e competências amplas. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes
450 agradeceu a colaboração da Conselheira Ludhmila Abrahão Hajjar e das instituições
451 participantes como, Instituto de Educação Médica – Idomed, São Leopoldo Mandic e
452 Universidade de São Paulo – USP. Propôs uma audiência pública após a consulta, com debates
453 em julho e aprovação final da minuta em agosto do corrente ano. Prometeu divulgar o texto e a
454 planilha com as contribuições, destacando o caráter coletivo do trabalho. Encerrou agradecendo
455 a presença de todos. **Às dezesseis horas do dia doze de maio do ano de dois mil e vinte e**
456 **cinco, reuniu-se a Comissão Bicameral Base Nacional Comum Curricular e Avaliação da**
457 **Educação Básica – BNCC**, com a participação presencial dos Conselheiros Antonio Cesar
458 Russi Callegari, Cleunice Matos Rehem, Héleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Israel Matos
459 Batista, Leila Soares de Souza Perussolo, Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa, Otávio Luiz
460 Rodrigues Jr. e, virtualmente, as Conselheiras Márcia Teixeira Sebastiani (Presidente), Ilona
461 Maria Lustosa Bécskeházy Ferrão de Sousa (Relatora) e Maria do Pilar Lacerda Almeida e
462 Silva. A Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani iniciou a reunião apresentando um histórico
463 do trabalho da comissão. Relatou que a comissão da BNCC atua há sete meses e que só na
464 última reunião, a do mês de março, é que se levantou a questão se a comissão deveria ou não
465 revisar a BNCC. A conselheira relembrou que após debates, a comissão havia chegado a um
466 consenso: seria organizado um seminário sobre a BNCC para ouvir especialistas e entidades
467 educacionais brasileiras. Porém, posteriormente, alguns Conselheiros manifestaram-se contra a
468 revisão da BNCC, afirmando que a Comissão apenas deve acompanhar a sua implementação e
469 utilizá-la para fins administrativos, conforme o que define a portaria de criação da comissão, e
470 não mais organizar o seminário. A Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani explicou que frente
471 a essa busca mudança de rumo, iria destacar pontos importantes a serem analisados pelos
472 componentes da Comissão para que ao final da reunião chegassem a um novo consenso e que
473 esse fosse, de fato, assumido por todos. Assim, A Conselheira Márcia resumiu os principais



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

474 tópicos para o debate: (i) a Comissão da BNCC, criada em dois mil e quatorze, foi recomposta
475 várias vezes com o mesmo escopo e sem atualização. (ii) O Parecer CNE/CP nº 15, de quinze
476 de dezembro do ano de dois mil e dezessete, determina a revisão obrigatória da BNCC em dois
477 mil e vinte e cinco, porém este parecer não define quem é o responsável por essa revisão e como
478 deverá ser o procedimento. (iii) Regimento Interno do CNE estabelece que a Câmara de
479 Educação Básica – CEB poderá propor ações sem ter oficialmente uma solicitação formal do
480 MEC. Aberto o debate, O Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho manteve a
481 posição que a Comissão deve concluir os trabalhos por meio de um relatório previamente
482 elaborado, que deverá ser submetido à aprovação do Colegiado para ser enviado para a
483 aprovação do MEC. Explicou que a responsabilidade pela atualização da BNCC é da União,
484 dos estados, do Distrito Federal, e dos municípios, conforme a lei. Após o retorno do relatório
485 do MEC, a Comissão pode ser reativada ou recomposta. Na visão da Conselheira Cleunice
486 Matos Rehem, a Comissão não tem atribuição para revisar a BNCC, pois não se encontra
487 previsto nas portarias de recomposição. O Conselho delibera sobre as diretrizes curriculares
488 propostas pelo MEC, conforme o art. quarto, inciso III do Regimento Interno. A Secretaria de
489 Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC acompanhará a implementação da
490 BNCC, por meio do programa ProBNCC com monitoramento, orientação e materiais para
491 apoiar a implementação nas redes de ensino. A Conselheira Maria do Pilar Lacerda de Almeida
492 e Silva considera prematuro tratar da revisão da BNCC e apesar de colaborar com a Comissão,
493 mantém uma visão política sobre o tema. Argumenta que as redes de ensino ainda estão em fase
494 de implementação e debate da BNCC, especialmente no Ensino Médio e na Educação Integral.
495 Dessa forma, considera inadequada iniciar a revisão neste momento. Propõe que a comissão
496 consolide em um documento o acompanhamento da implementação da BNCC, e assim, encerra-
497 se o ciclo atual de trabalho com as entregas ao MEC. O Conselheiro Antonio Cesar Russi
498 Callegari argumentou que os sistemas estaduais de ensino devem adequar seus currículos do
499 Ensino Médio até o final de 2025, conforme dispõem nossas Diretrizes Curriculares. E, para
500 tanto, precisam se valer da atual BNCC do Ensino Médio. Iniciar um debate mais amplo sobre
501 a revisão da BNCC poderia gerar confusão e atrapalhar essa tarefa dos estados. A Presidente da
502 Comissão, Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani, ressalta que a proposta é de a comissão só
503 produzir subsídios para futura revisão. Destaca também a necessidade de esclarecer
504 oficialmente quem de fato é O responsável pela revisão, uma vez que foi posto que essa função
505 não é dessa comissão. ao questionar à Conselheira Cleunice Matos Rehem sobre quem, no CNE,
506 seria o responsável por essa missão, teve como resposta que a revisão da BNCC cabe à CEB,
507 não à Comissão Bicameral, porém essa responsabilidade não foi formalizada. Pontuou a
508 importância de definir quem lidera o processo e garantir a participação da sociedade civil. O
509 Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho defendeu que a Comissão conclua os
510 trabalhos conforme a portaria, envie o relatório final ao MEC e encerre suas atividades.
511 Destacou que a atualização da BNCC é de responsabilidade do MEC e que fará o envio ao CNE
512 para continuidade do processo, seguindo a legislação vigente. A Conselheira Ilona Maria
513 Lustosa Becskeházy Ferrão de Sousa sugeriu pedir à Consultoria Jurídica do Ministério da
514 Educação – Conjur/MEC um parecer oficial sobre quem, de fato, é o responsável pela revisão
515 e mencionou o seu compromisso sobre a elaboração do relatório, solicitando contribuições aos
516 demais membros da Comissão. Demonstrou preocupação sobre a finalização do relatório e



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

517 encerramento da comissão em razão de questões políticas. A Conselheira Márcia Teixeira
518 Sebastiani solicitou aos Conselheiros para que não percam o foco técnico e aconselhou discutir
519 os pontos na reunião subsequente. O Diretor Alexsandro do Nascimento Santos afirmou que o
520 MEC lidera a revisão da BNCC, reconheceu os desafios na implementação e propôs usar o
521 termo “melhoria” ao invés de “revisão” para evitar resistências. O foco inicial seria no Ensino
522 Médio, com compromisso de conduzir o processo junto ao CNE. A Conselheira Márcia Teixeira
523 Sebastiani expressou apoio à proposta do Diretor. Todavia, a Conselheira Ilona Maria Lustosa
524 Becskeházy Ferrão de Sousa rejeitou o prazo estabelecido de um mês para entrega do relatório
525 da Comissão, destacando que a complexidade do tema. Afirmou que o prazo é curto e
526 comprometeria a qualidade do relatório, resultando em uma matéria sem aprimoramento teórico
527 e com exiguidade. Solicitou mais esclarecimentos ao Diretor Alexsandro do Nascimento Santos
528 sobre o prazo estipulado. Em seguida, a Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani propôs enviar
529 ao MEC os pontos discutidos pela Comissão como base preliminar, pois o texto esclarece e
530 define conceitos relevantes. O Diretor Alexsandro do Nascimento Santos mencionou que não
531 tem autoridade para propor o encerramento da Comissão, pois não integra o Conselho como
532 membro. Destacou que objetiva alinhar expectativas entre MEC, relatório e duração da
533 Comissão e que o encerramento da Comissão é decisão exclusiva do CNE. A Conselheira
534 Márcia Teixeira Sebastiani apoiou a proposta apresentada e entendeu como uma medida
535 apaziguadora, que favorece o diálogo entre o CNE e MEC. Esclareceu que o documento
536 elaborado pela Comissão se encontra em fase intermediária, não o relatório em versão final.
537 Recomendou a entrega da minuta em formato parcial, previamente ao encerramento dos
538 trabalhos da Comissão e abriu espaço para o diálogo dos demais membros. A Conselheira Maria
539 do Pilar Lacerda Almeida e Silva corroborou a proposta do Diretor Alexsandro do Nascimento
540 Santos e defendeu prazo flexível para priorizar qualidade. Destacou a importância de refletir o
541 contexto atual e sugeriu consultar a Conjur/MEC sobre o assunto. Valorizou o papel da Relatora
542 e a discussão coletiva do prazo e sua flexibilidade de dois a três meses para finalizar o relatório.
543 A Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani agradeceu e reconheceu que a Comissão chegou a
544 um consenso. Num primeiro momento, consultou os Conselheiros sobre a proposta do Diretor
545 Alexsandro do Nascimento Santos destacando que já tem o apoio da presidência da Comissão,
546 recebendo manifestações favoráveis, exceto do Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo
547 Filho. O Conselheiro Israel Matos Batista opinou que a Comissão deve avaliar a implementação
548 da BNCC, não fazer a revisão, explicando que o relatório precisa ser um diagnóstico técnico e
549 político dos últimos cinco anos, incluindo impactos da pandemia e desafios locais, concluindo
550 que a revisão será realizada por uma nova Comissão no futuro. A Conselheira Ilona Maria
551 Lustosa Becskeházy Ferrão de Sousa solicitou que conste em ata que ocorreu uma alteração no
552 escopo da Comissão, de função prospectiva (Revisão da BNCC) para uma função avaliativa e
553 de acompanhamento da implementação, destacando que a mudança é de cunho político e não
554 apenas de caráter técnico. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo ressaltou que a
555 Comissão não tem estrutura para revisar toda a BNCC, mas que o trabalho foi importante para
556 compreender as realidades dos estados e municípios, especialmente pós-pandemia. Reforçou
557 que a BNCC não é um currículo e defendeu a continuidade do acompanhamento e diálogo com
558 as redes de ensino, em possíveis futuras revisões. O Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari
559 solicitou prazos claros para as Comissões e objetivo no relatório elaborado pela Relatora.



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

560 Rejeitou o processo de debate público por ocasionar estranhamento nos processos nas redes que
561 já seguem a BNCC da conjuntura atual, além de rejeitar uma consulta à Conjur sobre a
562 responsabilidade pela revisão da BNCC. Pediu que Presidente e Relatora apresentem o relatório
563 de acompanhamento da implementação da BNCC – produto da Comissão – e definindo uma
564 data em que será posto em votação. A Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani deixou claro que
565 a revisão deveria ter sido iniciada em janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, e que precisa
566 de uma definição por escrito, de quem é a responsabilidade pela revisão, para evitar cobranças
567 indevidas e omissão. Defende que o CNE deve apenas aguardar a proposta do MEC para
568 deliberar. **Às dezessete horas do dia doze de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, iniciou**
569 **a reunião da Comissão Bicameral Educação Ambiental e Mudanças Climáticas** com a
570 participação presencial dos Conselheiros Cleunice Matos Rehem (Presidente), Elizabeth
571 Regina Nunes Guedes (Relatora), Israel Matos Batista (Relator), Monica Sapucaia Machado,
572 Otavio Luiz Rodrigues Jr. e Paulo Fossatti. A Conselheira Cleunice Matos Rehem iniciou
573 cumprimentando os presentes e destacou a importância da Comissão Educação Ambiental e
574 Mudanças Climáticas do Conselho Nacional de Educação – CNE que trabalha para fortalecer a
575 Educação Ambiental no Brasil, considerando a urgência das questões climáticas. Foi
576 mencionado o surgimento do Currículo Azul, que promove a Educação Oceânica nas escolas,
577 lançado em abril com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e
578 Cultura – Unesco, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e do Ministério da
579 Educação – MEC. A Comissão se surpreendeu, pois não participou da construção dessa
580 proposta. Assim, busca entender melhor como tal currículo será implementado e como será
581 integrado às diretrizes curriculares nacionais. Para isso, foram convidados representantes do
582 MCTI, MEC, Unesco e *Worldwatch Institute* – WWI para prestar esclarecimentos e colaborar
583 na atualização das diretrizes da Educação Ambiental. O Secretário-Executivo Adjunto do MEC,
584 Gregório Durlo Grisa, destacou que a cultura oceânica é uma pauta política relevante,
585 impulsionada por organismos internacionais como a Unesco e assumida pelo governo
586 brasileiro. Defendeu a revisão das Diretrizes de Educação Ambiental nas normas curriculares.
587 Informou que estão sendo realizados fóruns regionais e oficinas para coletar contribuições,
588 visando levar propostas ao CNE, com a participação dos ministérios e da sociedade civil. O
589 Diretor do Departamento de Programas Temáticos – DEPTE do MCTI, Leandro Bortolozzo
590 Pedron, revelou que se envolveu com a pauta de educação por conta da Década da Ciência
591 Oceânica (dois mil e vinte um – dois mil e trinta), definida pela Organização das Nações Unidas
592 – ONU e coordenada pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental – COI-Unesco. Isso
593 surgiu devido aos desafios apontados pela Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 – ODS
594 14 (Vida na água), como falta de conhecimento sobre os oceanos e pouco financiamento.
595 Informou que o MCTI é o ponto focal do Brasil na COI-Unesco, e uma das principais ações da
596 Década é promover a cultura oceânica, que conecta ciência e educação. O Brasil se destaca
597 mundialmente nesse tema, com vinte cidades e três estados que já possuem legislação sobre
598 cultura oceânica, além de uma forte atuação da sociedade civil, como a aliança Brasileira pela
599 Cultura Oceânica. Por isso, o MCTI firmou uma carta de intenções com o MEC para integrar
600 Ciência e Educação, fortalecendo a construção de um Currículo Azul alinhado às
601 especificidades regionais. As próximas etapas incluem oficinas nas cinco regiões do país, com
602 foco em ouvir a sociedade e gerar subsídios para políticas públicas, especialmente diante dos



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

603 desafios climáticos atuais. O Presidente do Grupo de Especialistas em Cultura Oceânica da
604 UNESCO, Ronaldo Adriano Christofoletti, destacou a importância da cultura oceânica, que vai
605 além de ensinar sobre o oceano, trata-se de entender a relação do oceano com nossa vida, clima,
606 economia e segurança alimentar. Ele alertou que setenta e um por cento do planeta é água e
607 noventa e sete por cento desta água está nos oceanos, portanto, se o oceano não vai bem, o
608 planeta inteiro sofre. Apresentou dados alarmantes sobre o aquecimento acelerado dos oceanos
609 desde o ano de dois mil e vinte e três, que tem gerado impactos diretos com as secas na
610 Amazônia, enchentes no Rio Grande do Sul e desastres globais, que afeta diretamente a
611 economia e a vida das pessoas, refletindo, por exemplo, no aumento dos preços de alimentos.
612 Também reforçou que o Brasil é o líder mundial em cultura oceânica, com destaque para o
613 crescimento de projetos, leis estaduais e municipais e programas como o da Escola Azul, que
614 já envolve quase quinhentas escolas no país e concluiu que é fundamental incluir a cultura
615 oceânica nos currículos escolares, como pede a Unesco e trata-se de compromisso alinhado com
616 grandes eventos internacionais, como a Conferência do Oceano, na França e a COP30, no
617 Brasil. Já o Diretor da Rede *WWI*, Eduardo Athayde, destacou a importância de incluir a
618 economia do mar na educação, reforçando o conceito da Amazônia Azul, que amplia o território
619 brasileiro do mar. Defendeu a necessidade de alfabetização oceânica, uso da Inteligência
620 Artificial – IA e planejamento sustentável dos oceanos. Enfatizou que a COP30 será uma
621 oportunidade para integrar os projetos da Amazônia Verde e Azul, demonstrando o potencial
622 do Brasil na economia azul e na sustentabilidade. O Conselheiro Paulo Fossatti parabenizou
623 pelo debate, destacando que a educação ainda está dando os primeiros passos no olhar para o
624 mar, diferente da economia e da ciência. Reforçou o compromisso de que a Comissão passará
625 a dispor de um olhar especial para a economia e a Educação do Mar a partir daquele momento.
626 A Conselheira Cleunice Matos Rehem destacou a importância do debate sobre esse assunto.
627 Reconheceu que a educação ainda não estava focada no tema, mas, que a Comissão se
628 comprometeria a incluir a temática oceânica e o currículo azul na atualização das Diretrizes
629 Curriculares Nacionais – DCNs da Educação Ambiental e Mudanças Climáticas. A Professora
630 Anaci Bispo Paim, ex-Conselheira na gestão de dois mil e quatro a dois mil e oito da Câmara
631 de Educação Superior – CES parabenizou a inclusão da dimensão marítima nas diretrizes
632 curriculares, destacando que o meio ambiente está aquém do terrestre e inclui a área marítima
633 brasileira. Ressaltou que difundir o tema às escolas de todos os municípios é essencial para
634 aproximar os alunos da realidade, entendendo os impactos das mudanças do oceano, como
635 enchentes e estiagens, e formando cidadãos mais conscientes desde os anos iniciais. A
636 Conselheira Cleunice Matos Rehem parabenizou a iniciativa inovadora de inserir a Cultura
637 Oceânica na educação, destacando que antes isso não era discutido. Agradeceu ao MCTI, à
638 Unesco e aos colaboradores, reforçando que essa ação inspira a Comissão a trabalhar para que
639 o tema alcance as escolas, agregando valor à Educação Ambiental. Enfatizou que o CNE está
640 ajudando a redigir uma nova história, comprometida em incluir essa temática nas Diretrizes
641 Curriculares Nacionais e colocou-se à disposição para dar andamento e contribuir no processo.
642 Nada mais a tratar, encerrou-se a reunião. Sem outras manifestações, as Reuniões das
643 Comissões de doze de maio de dois mil e vinte e cinco foram encerradas e, para constar, eu,
644 Antonio Alberto Brunetta lavrei esta ata que, uma vez aprovada, será assinada eletronicamente
645 por mim e pelo Presidente do Conselho Nacional de Educação, Conselheiro Antonio Cesar



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

646 Russi Callegari. Brasília, doze de maio do ano de dois mil e vinte e cinco. **RELATÓRIO DE**
647 **REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES.** Às quatorze horas, do dia vinte
648 e seis de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, no âmbito da Câmara de Educação Básica,
649 iniciou a reunião extraordinária da Comissão Educação Étnico-Raciais e o Ensino de
650 História e Cultura e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com a participação da Conselheira
651 Presidente Givânia Maria da Silva, da Conselheira Relatora Leila Soares de Souza Perussolo, e
652 da Consultora da Organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI, Lucimar Rosa Dias,
653 docente da Universidade Federal do Paraná –UFPR. Na oportunidade, foram discutidos os
654 avanços e desafios da Comissão de Educação para as relações étnico-raciais. A Conselheira
655 Givânia Maria da Silva pontuou a falta de minuta que apresente as diretrizes de forma objetiva,
656 fato recorrente desde a composição da Comissão. Ainda ressaltou as dificuldades para compor
657 a Comissão de Educação Escolar Indígena, como resultado a postergação das temáticas raciais
658 como prioridades no Conselho Nacional de Educação – CNE. A Conselheira Leila Soares de
659 Souza Perussolo reforçou a necessidade de a Comissão manter o foco na questão da equidade,
660 nos direitos quilombolas e na valorização das ancestralidades, que por longos anos foram
661 historicamente renegadas. A Consultora da OEI, a senhora Lucimar Rosa Dias, contextualizou
662 a sua posição na Comissão, salientando o papel técnico de assessoramento. Comentou que
663 auxiliou, num primeiro momento, a Comissão de Educação de Jovens e Adultos – EJA, todavia,
664 a sua contratação está vinculada às pautas étnico-raciais e indígenas. Abordou a temática da
665 pedagogia da alternância e do respeito às especificidades territoriais e considerou que o atraso
666 ao andamento do trabalho da referida Comissão foi atribuído à espera pela devolução do Parecer
667 CNE/CEB nº 8, de oito de março do ano de dois mil e doze, bem como da Resolução CNE/CEB
668 nº 8, de vinte de novembro do ano de dois mil e doze, ainda não homologados, que serviram de
669 base para futuras discussões e análises. Como encaminhamento, foi proposto à consultora a
670 revisão do plano de trabalho da Comissão, identificando os pontos críticos da Resolução já
671 mencionada e, a partir da minuta, realizar uma revisão bibliográfica, fundamentada em teorias
672 e experiência práticas para subsidiar as atividades do grupo. A Comissão ainda objetiva
673 aprofundar o estudo das DCNs do ano de dois mil e doze e da minuta da Resolução, antecipando
674 os temas que exigirão maior rigor teórico. Ainda, foi informado que acontecerá uma reunião na
675 Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão
676 do Ministério da Educação – Secadi/MEC com especialistas que tratam do tema, prevista para
677 dia vinte e seis de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, com objetivo de discutir a resolução
678 que não foi homologada na época, bem como o envio do documento que será submetido ao
679 CNE. Ainda dentro do planejamento, ficou acordado que a Comissão pretende realizar
680 momentos de escutas como consulta pública e audiência, para fortalecer a legitimidade do
681 processo, pois conclui-se que a ausência de uma destas etapas foi o fator resultante da não
682 homologação da Resolução e do Parecer, ambos de dois mil e doze. Sem outras manifestações,
683 a reunião de vinte e seis de maio de dois mil e vinte e cinco foi encerrada e, para constar, eu,
684 Antonio Alberto Brunetta, lavrei esta ata que, uma vez aprovada, será assinada eletronicamente
685 por mim e pela Presidente Comissão de Educação Étnico-Raciais e o Ensino de História e
686 Cultura e Cultura Afro-Brasileira, Conselheira Givânia Maria da Silva. **Às dezessete horas do**
687 **dia vinte e sete de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, iniciou a reunião Extraordinária**
688 **da Comissão Bicameral Plano Nacional da Educação – PNE** com a participação virtual, por



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

689 meio da Plataforma *Microsoft Teams*, dos Conselheiros Antonio Cesar Callegari, Celso
690 Niskier, Cleunice Matos Rehem, Givânia Maria da Silva, Elizabeth Regina Nunes Guedes,
691 Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Leila Soares de Souza Perussolo, Maria do Pilar
692 Lacerda Almeida e Silva e Paulo Fossatti. O Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo
693 Filho questionou se o Conselho Nacional de Educação – CNE devia propor emendas do Projeto
694 de Lei nº 2.614, do ano de dois mil e vinte e quatro, diretamente ao Congresso Nacional. A
695 Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo explicou que foi organizado um quadro síntese
696 com as contribuições submetidas pelos Conselheiros, destacando sugestões e ajustes por metas
697 do plano, sem alterar quantitativos e citou participações específicas, como exemplo, das
698 contribuições encaminhadas pelas Conselheiras Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa e Cleunice
699 Matos Rehem, ambas com temas direcionados à Educação Especial e Educação Ambiental. A
700 Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo ressaltou preocupações sobre termos ambíguos e
701 o uso de atividades remotas, ajustadas no documento, além da inclusão da Educação Ambiental,
702 uma novidade do plano. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes reconheceu o excelente
703 trabalho da Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo na compilação das informações
704 submetidas pelos Conselheiros. Sugeriu adotar uma metodologia como alinhar pontos com as
705 contribuições enviadas pela Conselheira Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa e dividir tarefas
706 para finalizar o documento e defendeu a proposta de encaminhar um relatório ao Ministério de
707 Educação – MEC, em vez de emendas diretas, propondo uma reunião para primeira semana de
708 junho, mais precisamente no dia nove, com a intenção de validar o material. A Conselheira
709 Leila Soares de Souza Perussolo resumiu as contribuições focadas em três eixos: a Educação
710 Ambiental – novas metas propostas pelos Conselheiros Cleunice Matos Rehem e Heleno
711 Manoel Gomes de Araújo Filho, a Educação Especial – inclusões e exclusões por preocupações
712 técnicas, a Educação Profissional – ajustes para ampliar acesso e qualidade e formação de
713 professores reforço no acompanhamento dos cursos, com atenção à Educação Especial e às
714 diversidades culturais. A Conselheira Givânia Maria da Silva informou que recebeu a
715 contribuição da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais
716 Quilombolas – Conaq e pretende analisar para facilitar o trabalho. O Conselheiro Celso Niskier
717 elogiou os relatórios e perguntou sobre prazos para novas contribuições, especialmente sobre a
718 Inteligência Artificial – IA e sugeriu usar o Congresso de Reitores da Associação Brasileira de
719 Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES para coletar outras sugestões. O Conselheiro
720 Antonio Cesar Russi Callegari destacou a importância de consolidar o relatório e submeter ao
721 MEC, fixar prazos, manter diálogos com a Deputada Federal Tabata Claudia Amaral de Pontes,
722 responsável pelo Plano Nacional de Educação – PNE na Câmara dos Deputados, e buscar
723 consenso para apresentação unificada sobre o tema. A Conselheira Cleunice Matos Rehem
724 questionou se a sugestão sobre a avaliação da Educação Profissional foi de fato incluída no
725 quadro. Em resposta, a Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo garantiu que as
726 contribuições submetidas pelos Conselheiros estão organizadas e se comprometeu verificar
727 criteriosamente ponto a ponto. O Conselheiro Paulo Fossatti elogiou o trabalho das Relatoras e
728 questionou se as contribuições devem ser enviadas somente ao MEC, bem como aos
729 parlamentares. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes sugeriu que o CNE envie
730 oficialmente apenas num primeiro momento ao MEC para evitar confusão nas pautas, mas que
731 entidades parceiras possam atuar ligadas aos parlamentares. O Conselheiro Antonio Cesar



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

732 Russi Callegari concordou e defendeu a posição de alinhar-se ao MEC. O Conselheiro Israel
733 Matos Batista pontuou o cuidado necessário no diálogo com o Congresso Nacional e solicitou
734 prazo para incluir nas sugestões pautas como Educação Ambiental e Equidade Racial. A
735 Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo mencionou que é fundamental diferenciar metas
736 finais e intermediárias para facilitar a organização. O Conselheiro Heleno Manoel Gomes de
737 Araújo Filho reforçou que relatório final deverá ser enviado ao MEC, propôs aprovar em julho
738 prevendo a entrega oficial da minuta em agosto e, como encaminhamento, definiu o prazo das
739 contribuições na data limite de nove de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, bem como, em
740 um segundo momento, convidar a Deputada Federal Tabata Claudia Amaral de Pontes para
741 apresentar o relatório da Comissão, e submeter à votação ao Conselho. Sem outras
742 manifestações, a reunião de vinte e sete de maio de dois mil e vinte e cinco foi encerrada e, para
743 constar, eu, Antonio Alberto Brunetta, lavrei esta ata que, uma vez aprovada, será assinada
744 eletronicamente por mim e pelo Presidente do Conselho Nacional de Educação, Conselheiro
745 Antonio Cesar Russi Callegari. Brasília, vinte sete de maio de dois mil e vinte cinco.